

## **EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: publicar experiências positivas e romper com a ficção nos currículos**

**Gabriel Rodrigues Daumas Marques<sup>1</sup>**

**Resumo:**

O presente trabalho discorre sobre a disciplina Educação Física na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), problematizando sua situação entre o caráter facultativo e obrigatório, estabelecendo diálogos entre artigos acerca da temática publicados em periódicos da área e relatando positivas experiências em três diferentes contextos pedagógicos. Consideramos a necessidade de a área dedicar maiores interesses e discussões sobre a disciplina na EJA a fim de superar o atual imbróglio na qual a mesma se encontra e que nossa presença na referida modalidade de ensino pode oportunizar aos estudantes o desenvolvimento dos elementos da cultura corporal, a compreensão da fundamentação da sociedade em seus valores e aspectos tecnológicos, artísticos, políticos e sociais e a aquisição de conhecimentos e habilidades, formando atitudes e valores que avancem na transformação qualitativa da realidade em que vivemos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Práticas Pedagógicas; Educação Física Escolar.

***PHYSICAL EDUCATION TO YOUNG PEOPLE AND ADULTS: publicizing positive experiences and  
breaking up with fiction in the curriculum***

**Abstract:**

*The current work aims to discuss about Physical Education to young people and adults and its situation between optional and compulsory modalities, establishing dialogues with articles about the same theme which were published in journals and reporting positive experiences in three different pedagogical contexts. We also consider the necessity to dedicate more attention and discuss Physical Education to young people and adults so as to overcome its current imbroglio. Furthermore, teaching young people and adults may raise opportunities for students to boost up corporal culture, the understanding of the basis of the society and its technological, artistic, political and social aspects and the acquisition of knowledge and abilities, building attitudes and values which move toward a qualitative transformation of our reality.*

**Key-words:** Young people and adults Education; Pedagogical practices; Physical Education.

---

<sup>1</sup> Professor de Educação Física do Instituto Federal Fluminense; Mestre em Educação (2011) pela UFRJ; Doutorando Em Educação Física pela UFES

## INTRODUÇÃO

A abordagem reflexiva sobre temas relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma tarefa importante para possibilitar a melhoria das práticas pedagógicas que visem a novas e qualificadas intervenções para este público-alvo. Em um país de extremas desigualdades sociais, a desigualdade educacional é uma consequência séria. Mais de cinquenta e seis milhões de pessoas acima dos dezoito anos compõem a população brasileira que não frequenta a escola nem possui o ensino fundamental completo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2013).

No ano de 2012, foram totalizadas 3.906.877 matrículas na EJA, sendo 2.561.013 – ou 65,6% – no Ensino Fundamental (incluindo EJA integrada à Educação Profissional e ProJovem Urbano) e 1.309.871 – 34,4% – no Ensino Médio (incluindo EJA integrada à Educação Profissional). A predominância da oferta segue a distribuição do ensino regular, com o Ensino Fundamental sendo majoritariamente ofertado pelas redes municipais e o Ensino Médio pelas redes estaduais. Indubitavelmente, os números estão aquém das necessidades de democratização do acesso à Educação e são cruciais os esforços advindos das políticas públicas educacionais para elaborar mecanismos de garantir a formação deste grande contingente que hoje se situa fora da escola ou sem o diploma da denominada Educação Básica (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2013).

Apresentado este panorama mais amplo sobre o quantitativo de estudantes na referida modalidade de ensino, no presente trabalho objetivamos situar a disciplina Educação Física diante da legislação educacional voltada para jovens e adultos que retornam às instituições educacionais com os mais variados desejos, vontades e sonhos; refletir sobre e discutir questões que caminhem para o fortalecimento das práticas pedagógicas da Educação Física; e apresentar lutas políticas e/ou experiências positivas realizadas em algumas instituições educacionais. Dividiremos o trabalho em três momentos: a Educação Física entre o caráter facultativo e o obrigatório; o diálogo com a produção em periódicos sobre a disciplina na EJA; e os relatos da vivência do autor na modalidade nas redes municipais de Saquarema e Macaé e no projeto EJA Manguinhos.

### **Componente curricular obrigatório e/ou facultativo: o imbróglio**

Partimos da hipótese da Educação Física se configurar *ficícia* para diversos jovens e adultos que frequentam as escolas, devido à existência de uma contradição

entre a documentação e a legislação provenientes do Ministério da Educação e o currículo vivido no cotidiano escolar. Tal hipótese poderá ser mais amplamente tratada em futuros estudos, mas nos baseamos nos seguintes aspectos:

a – Por um lado, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão<sup>2</sup> do Ministério da Educação (SECADI/MEC, 2002) dedica um embasado volume para tratar a Educação Física na EJA, considerando que a disciplina representa a possibilidade do contato com a cultura corporal de movimento, compreendendo ser direito do cidadão o acesso às informações, vivências e valores para que o mesmo construa e utilize os instrumentos a fim de promover a saúde, lide criativamente com o lazer e expresse afetos e sentimentos nos variados contextos de convivência.

O documento da SECADI/MEC (2002) fundamenta a relação entre a cultura corporal e a área das linguagens, na qual se encontra a Educação Física. São lançadas duas questões importantes que podem ser tomadas como parâmetros para a construção da proposta didático-pedagógica nas escolas: *quem são os alunos de EJA?* e *como pode ser desenvolvida a Educação Física para esses alunos?* Em seguida, lembra que a maioria dos jovens e adultos estuda no ensino noturno e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, BRASIL, 1996) aponta a Educação Física como facultativa nesses cursos – o que consideramos como o imbróglio da contradição, que argumentaremos adiante.

De maneira sintética, o documento desenvolve reflexões pertinentes para o trabalho da disciplina com os jovens e adultos, vinculando Mídia e Educação; norteando os princípios da inclusão, da diversidade, das categorias de conteúdos e dos temas transversais; discutindo a abordagem dos conteúdos e suas naturezas procedimentais, atitudinais e conceituais; e refletindo sobre para quem ensinar, como ensinar a partir dos objetivos e dos conteúdos próprios da Educação Física, totalmente amparados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. São fornecidas ainda listas de livros, publicações periódicas, sites e filmes como possibilidades de fontes para consulta (SECADI/MEC, 2002);

b – Por outro lado, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que, em seu § 3º do Art. 26, categoriza a Educação Física como **componente curricular obrigatório** nos diversos níveis da educação básica,

---

<sup>2</sup> Com o objetivo de ampliar a política de educação especial na perspectiva inclusiva, a palavra Inclusão foi acrescida à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

integrada à proposta pedagógica da escola e sendo sua **prática facultativa** ao aluno: que cumpra jornada de trabalho diária igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044 (BRASIL, 1969), relacionado ao tratamento excepcional para alunos com deficiências ou afecções indicadas; e que tenha prole (BRASIL, 1969; 1996).

Citado praticamente na íntegra, este parágrafo e os trechos por nós destacados são os responsáveis pelo imbróglio que permite a transformação da Educação Física em uma disciplina de *ficção pedagógica* nos currículos da EJA nos cursos noturnos. Terá sido intencional e deliberadamente feita tal redação para nos situar na Educação Básica? De início, sem mergulhar neste questionamento, é possível apontar que os documentos formulados e publicados pelo Ministério da Educação e por suas Secretarias contradizem os pressupostos contidos na redação da LDB (BRASIL, 1996), pois esta parte de uma compreensão e de uma concepção de Educação Física relacionadas ao exercício físico ao considerá-la facultativa nos cinco casos supracitados. E, mesmo se restringíssemos a Educação Física na escola à prática de exercícios físicos, ao longo de diversas décadas de estudos e pesquisas, não desenvolvemos técnicas e propostas adaptadas que permitam trabalhadores, mães, idosos, educandos com afecções e/ou militares como estudantes a realizar tais práticas, já que a disciplina é componente curricular obrigatório?;

c – Algumas consequências podem ser explicitadas para discutirmos a serviço de que e de quem se encontra a discrepância entre os pontos a e b apresentados acima. Conforme sabemos, diversas instituições educacionais não possuem espaços amplos e/ou materiais diversificados para uma realização plena das aulas de Educação Física. No turno da noite, geralmente a situação se torna ainda mais complicada devido à ausência ou ao não reparo dos sistemas de iluminação. Pensar e materializar a Educação Física no terceiro turno requer investimentos em infraestrutura, em materiais permanentes e de consumo para que sejam garantidas as atividades práticas, considerando a heterogeneidade dos estudantes.

Outra consequência que pode ser apontada se refere à busca pelos espaços não formais para a prática dos exercícios físicos. Com um ou dois tempos semanais de Educação Física na escola, avaliamos não ser possível garantir uma regularidade de exercícios físicos para o cidadão. Contudo, se os objetivos estão relacionados à construção de habilidades e competências de maneira autônoma pelo estudante após

passar pelo ciclo de escolaridade, por que não garantir no seio da escola um “programa básico de atividades físicas relacionadas à saúde” ou vislumbrar que eles compreendam “a prática da atividade física em diferentes contextos culturais”, conforme elencado como objetivo nas “Relações entre atividade física e saúde”<sup>3</sup> (SECADI/MEC, 2002, p. 224).

O imbróglgio causado pela redação – e concepção – da LDB (BRASIL, 1996) garante uma posição bastante confortável às Secretarias de Educação estaduais e municipais, principalmente. Com a expressão *prática facultativa ao aluno*, sem sequer consultar o conjunto dos estudantes se desejam ou não realizar as atividades práticas, a consequência mais drástica é quando a Educação Física se torna *ficção* no currículo – e não apenas para os estudantes amparados pela LDB de 1996, mas para todos os matriculados na EJA.

São conhecidas adaptações como o professor aparecer eventualmente para passar um *trabalhinho*; diminuição da carga horária legalmente instituída para a disciplina acontecer em apenas um ou dois módulos; ou até mesmo a inexistência de professor para lecionar nos cursos noturnos e a disciplina aparecer com nota e carga horária nos Históricos Escolares etc. Para modificar este quadro e combater a lógica da *Educação Física fictícia* na EJA, a área pode e deve se debruçar sobre o tema, tanto interna quanto externamente, participando de fóruns, congressos e eventos acadêmicos e científicos, trazendo à tona experiências positivas, vislumbrando inclusive nova redação para a parte da LDB que nos diz respeito.

### **Dialogando com a produção da Educação Física na EJA**

Apesar das discussões acerca da crise de identidade da Educação Física, supomos que a defesa da disciplina na EJA seja algo benéfico para o conjunto da área. Contudo, se pensarmos em percentuais de produção, quais os caminhos da produção sobre a Educação Física nas instituições educacionais? Em relação aos jovens e adultos, o que temos pesquisado e problematizado, levando em consideração que anualmente temos mais de 3 milhões de estudantes nesta modalidade (INEP, 2013)?

Identificamos que a Educação Física Escolar não tem sido privilegiada em variados periódicos científicos. Betti, Ferraz & Dantas (2011) enumeraram 710

---

<sup>3</sup> Apesar de não nos pautarmos pela perspectiva da Aptidão Física, abordamos mais enfaticamente tal elemento devido à interpretação que realizamos sobre a compreensão e a concepção da Educação Física contida na LDB ao consubstanciar a dubiedade entre componente curricular obrigatório e prática facultativa aos estudantes citados.

periódicos da área 21, dos quais somente 28 possuíam espaço para a Educação Física Escolar como subárea na política editorial. Nesta mesma pesquisa, os autores analisaram 289 artigos caracterizados como pesquisa em Educação Física Escolar, publicados em 11 periódicos brasileiros entre 2004 e 2008. Na Tabela em que divide a produção de acordo com os ciclos de escolarização, apenas 2 dos 289 – ou 0,7% – abordavam a Educação de Jovens e Adultos. Bracht e colaboradores (2011), por exemplo, encontraram sobre a Educação Física Escolar 647 artigos dentre 4.166 publicados em nove periódicos, correspondendo a 15,5% da produção.

Para este trabalho, utilizamos na ferramenta de busca para encontrar a expressão *jovens e adultos* nos títulos e/ou resumos de artigos dos periódicos Arquivos em Movimento (UFRJ); Movimento (UFRGS); Motrivivência (UFSC); e Pensar a Prática (UFG). No total, foram encontrados seis resumos em que consta tal expressão. Destes, dois foram descartados por não dialogar especificamente com a EJA.

A partir de uma abordagem sociológica e da discussão da intergeracionalidade como central, Camilo (2014) contribui com as discussões acerca da heterogeneidade do público-alvo da EJA, pois, além das faixas etárias, interdições relacionadas ao analfabetismo, à raça, à cultura, ao gênero, à orientação sexual etc. “são reproduzidas no âmbito escolar e influenciam nas relações sociais perpetradas” (p. 256). Para a autora, que considera a convivência intergeracional uma necessidade e uma realidade para além dos muros da escola, devemos compreender o corpo como uma forma de linguagem que comunica sua própria história e a vivência da cultura corporal é fundamental para estabelecer acordos, consensos e possibilidades de aprendizagem intergeracionais.

Molina Neto & Reis (2014) tiveram como empiria uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre, que recebe estudantes-trabalhadores no Ensino Fundamental. Os autores realizaram um estudo de caso, por meio do qual oito estudantes-trabalhadores, durante entrevistas semiestruturadas, relataram suas histórias de vida. Concordamos com sua compreensão que o desempenho físico-esportivo dos estudantes não deve ser a meta mais importante a se buscar e que isto não significa sonegar as práticas corporais durante os encontros educativos da disciplina. Para eles, também é importante nos atentarmos às histórias de vida dos estudantes, objetivando compreender as representações trazidas das trajetórias escolares e não repetirmos situações consideradas experiências negativas vivenciadas.

Interessante mencionar a preocupação destes estudiosos ao expor que visualizam na EJA poucas possibilidades de construção coletiva dos saberes para diálogo com as

práticas sociais por parte dos estudantes-trabalhadores. Eles consideram a ação pedagógica da Educação Física deveras próxima da instrumentalização, com base na ação individual dos sujeitos em vez de considerar a concretude de suas vidas no trabalho e no lazer. Nesse sentido, Camilo (2014) discorre sobre o perfil dos alunos da EJA no Brasil, que congrega, dentre outros, proletários, desempregados e pessoas com necessidades educacionais especiais. Acrescenta ainda que há inadequação idade-série e variadas culturas e religiões. Com isso, passam a conviver em uma mesma sala de aula “gerações formadas em diferentes momentos históricos com diferentes vivências da cultura corporal humana” (p. 249).

No contexto de consecução do Projeto de Extensão “Alfabetização e Formação na prática de Educação de Jovens e Adultos” do Centro Pedagógico da UFES, Avance, Silva & Ventorim (1999) vão ao encontro da necessidade de considerar o conhecimento prévio dos estudantes, discutindo e procurando ampliar tal conhecimento a fim de promover a leitura e a compreensão da realidade. Tais ponderações são bastante relevantes para que reflitamos sobre as propostas pedagógicas e nossos planos de aula, que levem em consideração as trajetórias de vida, as vivências positivas e negativas, as relações com o mundo do trabalho, o ambiente sociocultural etc.

Em relação à prática pedagógica desenvolvida pela Educação Física e seus princípios teórico-metodológicos, os estudiosos trazem pertinentes reflexões: que o ser humano seja concebido como ser da práxis; que a educação seja uma atividade sistemática, intencional e organizada do ponto de vista dos conteúdos e métodos de apropriação e produção de saberes; que a aula seja assumida como espaço de resistência, contestação, confronto e produção de saberes; que seja buscada a formação da consciência crítica; que os conteúdos não estejam dissociados da leitura crítica da realidade; que haja uma postura dialógico-problematizadora frente ao conhecimento; que a problematização seja apontada como caminho metodológico para desvelar a realidade; e que as relações entre professores e alunos sejam ressignificadas.

Já no Programa de EJA da rede pública municipal de Angra dos Reis – RJ, que possui como um dos objetivos criar uma relação entre atividade física e saúde que desenvolva hábitos para o bem-estar físico, mental e social, Pina (2008) relata o desenvolvimento do trabalho que seguiu os cinco passos metodológicos da pedagogia histórico-crítica, a saber, identificação da prática social; problematização; instrumentalização; catarse; e prática social final do conteúdo. Trata-se de uma experiência pedagógica que pensou o tema *Saúde e Atividade Física* na relação com os

processos históricos, evidenciando as contradições presentes na lógica do sistema capitalista.

Em suma, tanto no relato de Vitória (1999) quanto no de Angra dos Reis (2008), os autores abordam pressupostos essenciais para que o trabalho seja desenvolvido a partir de uma perspectiva histórico-crítica, que nos auxilie a fundamentar as propostas político-pedagógicas que coadunem com o pertencimento social e econômico dos nossos estudantes da EJA, ou seja, a classe trabalhadora.

Ao utilizar um trecho da frase de um dos estudantes entrevistados como título, – “Pensei que tava na aula de Ciências” – o artigo de Molina Neto & Reis (2014) anuncia uma possível polêmica dicotômica entre teoria e prática. Tais questionamentos e comparações possivelmente aparecem nas aulas de diversos docentes que atuam com a modalidade.

Em nosso entendimento, diante do imbróglio que debatemos anteriormente, o professorado que atua na EJA pode ficar entre a possibilidade de perder a presença de alguns estudantes que não se veem obrigados a participar das práticas e a *equalização* das aulas às demais disciplinas, utilizando a sala de aula e evitando as práticas corporais. Para esses pesquisadores, ao predominar conteúdos de natureza teórica nesta modalidade, aos estudantes-trabalhadores é oferecida uma perspectiva diferente de entender a Educação Física, sendo a esta conferido outro *status* diante do uso do giz, do quadro, da leitura, da necessidade de escrever e de provas escritas. Entretanto, não se furtam ao papel de problematizar os limites de uma abordagem apenas teórica para as práticas pedagógicas da nossa disciplina:

A abordagem exclusivamente teórica de uma disciplina, que tem nas práticas corporais seu fundamento e parte de sua identidade, acarreta soluções limitadas para a área. Ao buscar uma nova forma de legitimar-se, não possibilitando aos estudantes vivências/ experiências corporais, a Educação Física acaba negando o seu estatuto de disciplina que pensa/tematiza a cultura corporal de movimento, tendo nas práticas corporais a sua base (p. 647-648).

Temos acordo com as ponderações explicitadas pelos autores acima, reconhecendo que é preciso avançar para um efetivo e pleno desenvolvimento das aulas de Educação Física na EJA sem que neguemos as experiências e as vivências corporais no decorrer das próprias aulas. É um desafio sobre o qual a área pode se debruçar e que implica aos docentes das redes estaduais e municipais participarem do jogo político tanto para defender a manutenção e/ou a expansão da disciplina nas grades curriculares quanto para reivindicar condições estruturais para possuímos materiais e espaços que



possibilitem as práticas corporais atrativas, dinâmicas e com sentidos e significados para os jovens e adultos trabalhadores. Mesmo reconhecendo que ainda são necessários aprimoramentos – inclusive com mais tempo para realização das práticas corporais – apresentaremos algumas experiências positivas em diferentes situações.

### **Lutas políticas e experiências positivas da Educação Física na EJA**

Primeiramente, apresento minha trajetória profissional na modalidade, pois trataremos as experiências efetivadas nestas localidades. Entre agosto de 2009 e abril de 2010, atuei em uma escola pública da rede municipal de Saquarema-RJ com o segundo segmento do Ensino Fundamental da EJA noturna. Nos anos letivos de 2012, 2013 e até outubro de 2014, em uma escola pública da rede municipal de Macaé-RJ, lecionei Educação Física para turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental da EJA diurna. E no ano de 2013 participei do Projeto EJA Manguinhos, parceria entre a rede CCAP – Centro de Cooperação e Atividades Populares – e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da FIOCRUZ, com turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental e com o Ensino Médio da EJA noturna. Atualmente, como professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Fluminense, estou responsável pelas disciplinas de Educação Física e de Ergonomia no PROEJA do curso técnico em Segurança do Trabalho, à noite, cujo trabalho está em início de execução.

#### *a. Rede municipal de Saquarema-RJ*

O município de Saquarema se situa a aproximadamente 100 km da capital, fazendo parte da denominada Região dos Lagos. Em agosto de 2009, ao ingressar como concursado na rede, fui direcionado para assumir as quatro turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental da Escola Municipal Edílson Vignoli Marins, com um detalhe importante: todas as turmas da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, no turno da noite. O impacto foi grande, por alguns motivos, a saber: o público-alvo bastante heterogêneo e com o qual não havia realizado prática de ensino; o período letivo compreender metade da duração do ensino regular; além da Educação Física estar contida na carga horária do currículo oficial, mas efetivamente inexistir tempos na grade curricular para sua participação no currículo real. Anteriormente à minha chegada, seu funcionamento ocorria com o professor eventualmente visitando as turmas para propor trabalhos de pesquisa, recolher e lançar uma nota.

Diante dessas dificuldades, solicitei autorização para lecionar para as turmas quando algum professor das outras disciplinas se ausentasse, o que foi prontamente atendido. Ligeiramente desnortado, nos primeiros contatos procurei conhecer um pouco dos grupos com quem lidaria, sua história, seus projetos, objetivos e sonhos e em seguida apresentamos as propostas e executamos alguns exercícios de alongamento e relaxamento. Ainda incomodado com a questão curricular e a partir das produtivas discussões e conversas com a Direção, coordenador, orientadoras e supervisoras pedagógicas, solicitei-me que apresentasse um projeto para a disciplina acontecer.

A tarefa foi cumprida e o projeto encaminhado para a Coordenação do 2º Segmento do Ensino Fundamental do município. Apoiando-me em documentos legais e textos da Educação Física Escolar, redigi uma contextualização fundamentada que defendesse a importância de nossa disciplina também no terceiro turno e segmentei quatro eixos de conteúdos para cada um dos semestres letivos: manifestações culturais brasileiras, destacando a Capoeira, as Danças e o Folclore; Comunicação Corporal, desenvolvendo o raciocínio, o reflexo, a expressão corporal; Ginástica e Jogos, recordando práticas da infância e da adolescência, vivenciando situação de equilíbrio e confiança; e Corpo e Sociedade, compreendendo o corpo e relações sociais no mundo do trabalho e discutindo temáticas como gênero, sexualidade e divisão sexual do trabalho.

Poucos dias após apresentar o projeto, a Direção informou que fora aprovado e eu poderia pelo menos quinzenalmente ingressar em sala no lugar de professores de outras disciplinas – mesmo quando não estivessem ausentes. Propus um calendário ao coordenador do terceiro turno e é relevante destacar que estava autorizado a retirar tempos de disciplinas privilegiadas no currículo; felizmente, não houve resistência por parte do corpo docente, que inclusive apoiou a iniciativa. E era interessante o impacto que ocorria ao retirar os estudantes de sala para desenvolver atividades principalmente no pátio – novidades para o cotidiano da Escola e desejo das turmas de primeiro segmento do Ensino Fundamental também terem as aulas. Apesar de muito aquém do que poderia ser feito, obtive êxitos consideráveis durante pouco mais de dois meses que restavam até o fim do ano. Mesmo com todas as limitações, a proposta pedagógica foi aceita e aprovada pela Direção da Escola, que repassava as informações necessárias para a Secretaria de Educação.

*b. Rede municipal de Macaé-RJ*

Considerada a capital nacional do petróleo, a cidade situada a cerca de 190 km da capital fluminense possui uma das maiores arrecadações advindas dos *royalties*. Mesmo com receita bilionária, a população dos bairros periféricos vive em péssimas condições no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano. Problemas das mais variadas matizes – como alcoolismo, violência doméstica, forte presença do tráfico de drogas, abusos policiais etc. – afetam o cotidiano dos estudantes da região das Malvinas, público que é direcionado para a única escola municipal desta região com turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental – o Colégio Municipal Botafogo. Apesar do *slogan* apontar a Educação como a maior riqueza da cidade, a propaganda não tem se materializado na prática, tendo em vista que diversas escolas necessitam de reformas e/ou novos prédios, milhares de crianças não possuem acesso às creches públicas, a maioria das escolas não possui quadras cobertas etc.

Ao identificar um quantitativo grande – mais de 10% dos aproximadamente 500 matriculados – de estudantes com distorções entre a idade e a série, em 2011, a Equipe Pedagógica do C. M. Botafogo elaborou uma proposta-piloto para ser implementada nos três anos seguintes: turmas de EJA no período da manhã. O grupo de docentes para o trabalho com EJA foi pensada pela Equipe Pedagógica e pela Direção, para que contivesse em seu corpo trabalhadores com olhares para as especificidades das turmas criadas. A proposta foi aprovada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e atuei como professor de Educação Física nos anos letivos de 2012, 2013 e a maior parte de 2014, quando exonerei da rede.

Em relação a essa experiência, interessante frisar que as turmas de EJA diurnas não possuíam uma heterogeneidade entre os discentes, pois a totalidade se encontrava na faixa dos 14 aos 19 anos. Outra questão diferente da EJA à noite é o convívio nos corredores com estudantes da mesma faixa etária, mas das turmas do Ensino Regular. Nesse aspecto, vale citar que havia por parte de alguns estudantes das turmas regulares o sentimento de não precisar estudar, pois, se fossem reprovados, poderiam ser direcionados no ano seguinte para a EJA, *mais fácil e mais rápido*, segundo algumas falas. Diferentemente do ensino noturno, – cuja falta de iluminação impossibilitaria o uso da parca quadra existente na instituição – nas turmas do primeiro turno foi possível desenvolver diversas práticas corporais, como a Ginástica, a Dança e os Esportes, e muitas vezes trabalhar os conteúdos em consonância com as turmas regulares, apesar de a EJA compreender no Ciclo IV o equivalente ao sexto e sétimo anos e no Ciclo V ao

oitavo e nono anos. Com tranquilidade, posiciono-me no sentido que a experiência com a EJA diurna foi *o que deu pra fazer*. Com a falta de apoio de psicólogos, médicos, assistentes sociais, a inexistência de programas vinculados ao mundo do trabalho na região e até mesmo o uso oportunista dos políticos da região durante os períodos eleitorais, perdíamos estudantes para os problemas familiares, para o tráfico de drogas e para segurarem as placas de candidatos nas ruas, sendo a evasão nosso grande empecilho: turmas que começavam com quase trinta estudantes terminavam o ano letivo com da metade deste quantitativo, nos casos mais otimistas. Apesar do cenário complicado ao redor e dos desafios apontados, foi possível formar algumas dezenas de estudantes, cujos caminhos precisam ser acompanhados para que não parem com o Ensino Fundamental completo e prossigam os estudos.

Além da experiência como docente de uma das mais de cem Unidades de Ensino de Macaé, também protagonizei a defesa da Educação Física na EJA, compondo a gestão do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – Núcleo Macaé. Nas mobilizações de 2011 e 2013, junto a demais docentes da área e com apoio unânime nas Assembleias, incluímos na pauta de reivindicações que fossem disponibilizadas vagas para a oferta da disciplina em todas as escolas da rede com EJA – além de termos batalhado também pela presença na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Mais especificamente no ano de 2013, nas negociações com a SEMED, argumentação semelhante à contida na primeira parte deste trabalho foi apresentada e o ponto de pauta foi acordado pela Secretaria e pelo próprio Prefeito, presente no encontro. Cabe aos trabalhadores da rede atualmente fiscalizar para que o acordo seja mantido e concretizado a cada ano letivo, além de reivindicar as condições estruturais e de apoio pedagógico para que a atuação seja de qualidade.

### *c. EJA Manguinhos*

No primeiro e no segundo semestres de 2013, tive a feliz oportunidade de trabalhar com o projeto EJA Manguinhos, lecionando para cinco turmas no bairro, divididas entre o prédio da FIOCRUZ e do CCAP. De longe, esta experiência foi a melhor sucedida, devido a algumas questões: havia para o professorado seminários de formação antes de cada semestre letivo; as aulas inaugurais, eventos e demais questões pedagógicas eram discutidas semanalmente; havia atividades de campo bastante interessantes, com ônibus institucional para realizar o transporte; a cada semestre havia um eixo articulador que perpassava todas as disciplinas; no final do semestre ocorria a

culminância dos trabalhos desenvolvidos, interdisciplinares ou não, apresentados pelo próprio corpo discente; havia suportes de materiais audiovisuais e uma sala espelhada com diversos materiais de Educação Física; e o principal – um projeto político-pedagógico com olhares direcionados ao perfil trabalhador dos estudantes e politicamente comprometido com a perspectiva de transformação da sociedade, em uma comunidade refém das desigualdades sociais, econômicas, culturais e territoriais da cidade do Rio de Janeiro.

No caso da EJA Manguinhos, as heterogeneidades etária, cultural, religiosa e profissional foram as maiores com as quais lidei, tanto dentro das turmas como entre as turmas. No geral, a participação era bastante positiva, com maiores dificuldades de adesão das senhoras idosas a algumas práticas corporais e de alguns jovens dos 18 aos 25 anos de idade com preferências pelo sono ou pela conversa paralela.

Durante as aulas, foram desenvolvidas práticas corporais cooperativas, estimulando a solidariedade e o respeito mútuo e despertando o senso crítico para as questões sociais (CORREIA, 2006). Nas aulas realizadas em sala com quadro, partindo do conhecimento prévio dos estudantes sobre as temáticas, foram feitas discussões interessantes sobre Jogos, Dança, Capoeira, Ginástica, Atividade Física e Saúde e Futebol, utilizando como ferramenta de apoio o Livro Didático da rede estadual do Paraná (PARANÁ, 2006) e estimulando que materializassem de maneira escrita as reflexões desenvolvidas.

Por conseguinte, gostaria de publicizar especificamente duas experiências de modo mais detalhado. A primeira teve como base a região Nordeste, já que alguns estudantes tinham vindo de lá e contribuíram bastante com informações e discussões surgidas com o tema Dança. Nas aulas de Educação Musical, foram desenvolvidos trabalhos com letras de música, canto e instrumentos musicais do Forró. Nas aulas de Educação Física, corporalmente realizamos uma aula com passos básicos de forró e assistimos ao filme “Gonzaga – de pai para filho”. A Coordenação da EJA Manguinhos acatou a sugestão que apresentei e conseguiu agendar a presença do corpo discente em uma noite para assistir à peça “Gonzagão – A Lenda”. Apesar de facultativa e infelizmente cobrada, – apenas a meia entrada, que custou R\$10,00, mas prestando atenção se alguém com dificuldades financeiras não iria devido ao pagamento – a adesão foi bem grande e o contato com o teatro fundamental para a aproximação com a história deste ritmo nordestino e deste personagem da música brasileira.

A segunda está relacionada ao contexto pelo qual passa o Rio de Janeiro enquanto o que denominamos capital dos megaeventos esportivos, debatendo as transformações geográficas, territoriais, políticas e sociais em vigor e as consequências sentidas e sofridas pela população brasileira, principalmente a classe trabalhadora (BORIN & MARQUES, 2013).

A estratégia utilizada com os estudantes passou por algumas fases. Na primeira aula, os estudantes assistiram ao filme “O ano em que meus pais saíram de férias”, que aborda o Futebol no contexto da Ditadura empresarial e militar, especificamente no ano de 1970. Na segunda aula, foram discutidos os elementos do filme, refletindo sobre a repressão e as contradições sociais. A partir do filme, debateu-se a atualidade da cidade diante dos megaeventos esportivos, principalmente a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, elencando temas correlatos, como Educação, Saúde, Transporte, Segurança e Moradia. Como tarefa, cada um ficou responsável por elaborar duas perguntas sobre cada tema. Na terceira aula, foram lidas as perguntas e listadas de acordo com os temas e adaptando para o formato de questionário, objetivando realizar uma pesquisa com cidadãos da comunidade e demais localidades. Na quarta aula, foi feita a votação para escolher quais perguntas finais comporiam o questionário. Como tarefa, cada um ficou responsável por aplicar o questionário<sup>4</sup> para pelo menos duas pessoas. Em parceria com o professor de Matemática, as respostas dos questionários foram tabuladas e transformadas em gráficos. As turmas elegeram representantes para apresentar os dados coletados e relacionar às questões discutidas ao longo das aulas, tarefa cumprida no evento de final de ano, integrando todas as turmas e convidados da comunidade.

---

<sup>4</sup> Ao todo, foram coletados quarenta e nove questionários, que levantaram dados como sexo, faixa etária, bairro onde reside e bairro onde estuda ou trabalha. As perguntas finais escolhidas por meio de votação foram: 1) Qual sua avaliação sobre a Saúde Pública na cidade do Rio de Janeiro? [0 a 10]; 2) Como você classifica o atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)? [Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo]; 3) Com o preço dos ingressos na Copa do Mundo, sua família poderá assistir aos jogos nos Estádios? [Sim; Não]; 4) Você acha justo o preço cobrado pelos ingressos? [Sim; Não]; 5) Você está satisfeito(a) em como os recursos arrecadados têm sido empregados na cidade? [Sim; Não]; 6) Como você classifica o transporte público na cidade? [Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo]; 7) Você considera necessárias mais ciclovias na cidade? [Sim; Não]; 8) Com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), você se sente mais seguro(a)? [Sim; Não]; 9) Você participou de alguma das manifestações, passeatas ou greves em 2013? [Sim; Não]; 10) As manifestações têm conseguido trazer algum benefício para a população? [Sim; Não]; 11) Você acha justas as condições de remoções de moradores das comunidades? [Sim; Não]; 12) Você acha justo sua casa ser removida sem receber pelo mesmo valor imobiliário? [Sim; Não].

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que pode auxiliar no enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil, que ainda possui milhões de pessoas sem acesso aos Ensinos Fundamental e Médio completos. Para que esse enfrentamento seja o mais qualitativo possível, consideramos necessário que os currículos garantam na totalidade, mesmo com menor carga horária, – pois o período é semestral – o conjunto dos conhecimentos e das disciplinas, articulados e integrados às propostas político-pedagógicas das instituições educacionais e comprometidos com a superação das desigualdades sociais presentes na lógica do sistema capitalista.

No caso da Educação Física na EJA, acreditamos que a área deve se debruçar sobre a temática, participando dos eventos e criando fóruns próprios, inclusive para forjar a preparação do futuro professorado com disciplinas das Licenciaturas que envolvam a modalidade, projetos de extensão e até mesmo a própria prática de ensino. As experiências positivas atualmente realizadas nas mais variadas localidades podem ser publicizadas e trocadas para que pensemos coletivamente a qualidade de nossa intervenção, sendo ainda necessária a mobilização para que lutemos politicamente nas redes estaduais e municipais onde porventura a Educação Física esteja funcionando de maneira *fictícia* no currículo real, bem como pela garantia de espaços de aulas (quadras, salas específicas etc.) e de materiais para que a Educação Pública seja de qualidade, oportunizando o desenvolvimento dos elementos da cultura corporal.

Sabemos que os desafios – como a heterogeneidade das turmas e as dificuldades estruturais – são grandes para a elaboração de nossas práticas pedagógicas, mas estamos convictos de que nossa presença na Escola pode contribuir de maneira significativa para a formação básica do cidadão, que desenvolva a capacidade de aprender; que compreenda a fundamentação da sociedade em seus valores e aspectos tecnológicos, artísticos, políticos e sociais; e que adquira conhecimentos e habilidades, formando atitudes e valores que, em nossa perspectiva, avancem na transformação qualitativa da realidade em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

### ARQUIVOS EM MOVIMENTO.

AVANCE, A.; SILVA, A. A.; VENTORIM, S. Estágio supervisionado em Educação Física: uma experiência com educação de jovens e adultos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 11, n. 13, p. 205-217, nov. 1999.

BETTI, M.; FERRAZ, O. L.; DANTAS, L. E. P. B. T. Educação física escolar: estado da arte e direções futuras. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, p. 105-115, dez. 2011. N. esp.

BORIN, T.; MARQUES, G. R. D. Megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 18., 2013, Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF, 2013.

BRACHT, V. et al. A educação física escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 02, p. 11-34, abr/jun 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Brasília: CNE/CEB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm)>. Acesso em: 12-dez.-2014.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: CNE/CEB, 1996.

CAMILO, C. H. As possibilidades de atuação da educação física na Educação de Jovens e Adultos para a relação intergeracional na educação em direitos humanos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 245-261, dez. 2014.

CORREIA, M. M. **Trabalhando com jogos cooperativos**: em busca de novos paradigmas na educação física. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo escolar da educação básica 2012** – Resumo técnico. Brasília: INE, 2013. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 12-dez.-2014.

MOLINA NETO, V.; REIS, J. A. P. “Pensei que tava na aula de ciências” ou os significados da educação física na Educação de Jovens e Adultos. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 3, p. 636-650, jul/set 2014.

MOTRIVIVÊNCIA.

MOVIMENTO.

PARANÁ. **Livro didático público de educação física** – ensino médio. 2 ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PENSAR A PRÁTICA.

PINA, L. D. Atividade física e saúde: uma experiência pedagógica orientada pela pedagogia histórico crítica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 158-168, jun. 2008.

SECADI. Educação física na Educação de Jovens e Adultos. In: Proposta curricular para a educação de jovens e adultos – segundo segmento do Ensino Fundamental.



Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EducacaoFisica.pdf>>.  
Acesso em: 28-nov.-2014, v. 3. p. 191-240. 2002.

|   |  |
|---|--|
| <b>Contato dos autores:</b><br><a href="mailto:grdmarques@yahoo.com.br">grdmarques@yahoo.com.br</a> | <b>Submetido em 02/02/2015</b><br><b>Aprovado em 15/ 06/2015</b> |
|---|--|